

## ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEMA

Às 09 horas e 02 minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no município de Lavras/MG, iniciou-se a primeira reunião ordinária do CODEMA de 2025, por chamada de vídeo online. As seguintes entidades representadas por seus conselheiros estavam presentes: Marcia Bianca Ferreira Meireles Saraiva Botelho (Secretaria Municipal de Educação), Denilson Teixeira (Secretaria Municipal de Agronegócios), Erielio Ferreira de Araújo (Secretaria Municipal de Saúde), Mirene Lopes Moraes (ASSEAL), Manuel Dias da Silva Neto (CREA/MG), José Carlos Fidelis da Silva (COPASA), João Batista Crista de Souza (COPASA), Kellem Lúcia Costa (OAB/MG), Matheus Cortez Pinto (Notório Saber), Danton Joubert Antunes Coimbra (Notório Saber), Amanda de Sales Pereira (Notório Saber), Érico Gonçalves Alves Vieira (Notório Saber), Paulo Henrique Brito Junior (Notório Saber), Jaqueline Aparecida Fráguas (Poder Legislativo), o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza e eu, escrevente desta ATA, David Martins Gomes Neto, Secretário Executivo do CODEMA. O Presidente do CODEMA cumprimentou a todos os presentes e deu início à reunião.

**Participação em Reunião (Pontos 01 a 06) – Primeiro** – Graziela Botelho de Lima, Nilvado Penha Belo, Lucas Ferreira Rios, Antonio Pedro Ferreira Júnior, Kira Malves Maia, Livia Dal Sasso de Souza (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); **Segundo** – Vanessa Fabiana Costa (Representante CPS Construções S/A); **Terceiro** – Terezinha Maria de Sousa; **Quarto** – Mariana Lasmar Marques da Silva; **Quinto** - Eduardo Botelho da Costa; **Sexto** - Cátia Andréa (INCORP URBANISMO). **Aprovação da ATA (Ponto 07)** – **Sétimo** – A ATA da 1ª Reunião Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2025 foi previamente enviada aos Conselheiros. Após discussão no plenário foi deliberado que o conselho aprova a ATA da 1ª Reunião Extraordinária do CODEMA de 2025. **Emissão de Alvará para Estabelecimento (Pontos 08 a xx)** – **Aprovação de pareceres para liberação e funcionamento dos empreendimentos. Oitavo** – ONIX DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, Rua Zequinha Vilela, 151, Apartamento, Retiro, Lavras/MG. **Nono** – VACA ROXA MG INOVA SIMPLES (I.S.), Av. Dr. Silvio Menicucci, S/N, Complemento, Ufla, Lavras/MG. **Décimo** - ONAPACK EMBALAGENS LTDA, Av. Dr. Silvio Menicucci, 472, Loja 102, Centro, Lavras/MG. **Décimo Primeiro** - BOLINHA DE SABÃO, BERÇÁRIO E EDUCAÇÃO INTANTIL LTDA, Rua Joaquim Gomes Guerra, 301, Complemento Área, Monte Libano II, Lavras/MG. **Décimo Segundo** - EMALIS PEREIRA LIMA E CIA LTDA, Av.

34 João Alves Costa, 582, Santa Cruz, Lavras/MG. **Décimo Terceiro** - COMERCIAL  
35 REAL BARRA LTDA, Rua Comandante Soares Júnior, 532, Loja, Bicame, Lavras/MG.  
36 **Décimo Quarto** - MICHELLE CORREA ANDRADE COSTA (TCHÔ BURGUER),  
37 Rua Orlando Azevedo Costa, 27, Vale do Sol, Lavras/MG. **Décimo Quinto** - CAR TECH  
38 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA, Rua do Torneiro, 46, Centro Empresarial de  
39 Lavras, Lavras/MG. **Décimo Sexto** - CASTRO, ANDRADE E AZEVEDO NEGÓCIOS  
40 IMOBILIÁRIOS, Av. Doutora Dâmina, 43, Centro, Lavras/MG. **Décimo Sétimo** - R9  
41 AMBIENTAL LTDA, Rua Dr. Francisco Salles, 170, Centro, Lavras/MG. **Décimo**  
42 **Oitavo** - JM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS DE S.J. DEL REI LTDA, BR 265, Loja A,  
43 Gato Preto, Lavras/MG. **Décimo Nono** - LUIZA CASTRO BOLOGNANI, Rua América  
44 de Moura Maia, 357, Vila São Sebastião, Lavras/MG. **Vigésimo** - CLÍNICA  
45 UNIVERSOS LTDA, Área Rural, Sítio Paineiras, S/N, Zona Rural, Lavras/MG.  
46 **Vigésimo Primeiro** - ANTÔNIO FRANCISCO GUIMARÃES, Rua Airton Dialuci, 22,  
47 Residencial Tipuana, Lavras/MG. **Vigésimo Segundo** - GXII POSTO DE  
48 COMBUSTÍVEIS LTDA EPP, Av. Coronel Juventino Dias Teixeira, 706, Cecília  
49 Azevedo, Lavras/MG. **Regularização Ambiental (Pontos de 23 a 35)** - **Vigésimo**  
50 **Terceiro - Intervenção Ambiental - Supressão Ipê Amarelo** - A Secretária Municipal  
51 de Meio Ambiente (SMMA) encaminha o Parecer nº 063/2025, por meio do Ofício nº  
52 441/2025/SMMA/ags/kmm, com análise do pedido de supressão de um (01) indivíduo  
53 arbóreo, conhecido popularmente por “Ipê Amarelo”, localizado dentro do terreno de  
54 Cadastro 6609, da proprietária e solicitante, Sra. Carla Emrich Oliveira, situado à Av.  
55 Ernesto Matioli, nº 1417, Aeroporto, Lavras/MG. Após análise e votação, o Conselho  
56 manifestou-se de forma não favorável ao pedido de supressão, em conformidade com a  
57 análise técnica apresentada pela SMMA. **Vigésimo Quarto** - O Consórcio Regional de  
58 Saneamento Básico - CONSANE encaminha análise técnica do Estudo de Impacto de  
59 Vizinhança - EIV do empreendimento Colégio Educa levando em consideração as  
60 exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº 02, de 05 de  
61 setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da  
62 Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: “*Após a análise do*  
63 *documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo*  
64 *de Impacto de Vizinhança - EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN*  
65 *02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os*  
66 *pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e*  
67 *pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a*

68 *equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento*  
69 *denominado COLÉGIO EDUCA, em sua revisão 01, datada de setembro de 2025,*  
70 *recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.” Após análise e votação, foi*  
71 *deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhaça do*  
72 *empreendimento Colégio Educa, localizado na Rua Donato Bauth, Santa Efigênia,*  
73 *Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica emitida pelo CONSANE. Será*  
74 *encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho.*

75 **Vigésimo Quinto** - O Consórcio Regional de Saneamento Básico - CONSANE  
76 encaminha análise técnica do Estudo de Impacto de Vizinhaça - EIV do empreendimento  
77 Speed Car Mecânica levando em consideração as exigências expressas na Deliberação  
78 Normativa do CODEMA de Lavras nº 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no  
79 conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em  
80 conclusão, o CONSANE cita: *“Após a análise do documento encaminhado, nos termos*  
81 *da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhaça - EIV no*  
82 *Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é*  
83 *possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao*  
84 *conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal*  
85 *10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE,*  
86 *quanto ao EIV apresentado para o empreendimento denominado SPEED CAR, em sua*  
87 *revisão 02, datada de setembro de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO*  
88 *REQUERIMENTO.” Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável*  
89 *ao Estudo de Impacto de Vizinhaça do empreendimento Speed Car, localizado na Rua*  
90 *Abel Batista de Abreu, 125, Ouro Verde, Lavras/MG, em comum acordo com a análise*  
91 *técnica emitida pelo CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente*  
92 *informando a deliberação deste Conselho.* **Vigésimo Sexto** - O Consórcio Regional de  
93 Saneamento Básico - CONSANE encaminha análise técnica do Estudo de Impacto de  
94 Vizinhaça - EIV do empreendimento Reciclagem (Lívia Maria Coelho) levando em  
95 consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras  
96 nº 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado  
97 no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita:  
98 *“Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que*  
99 *institui o Estudo de Impacto de Vizinhaça - EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo*  
100 *mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em*  
101 *questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação.*

102 *Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN*  
103 *02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o*  
104 *empreendimento denominado Reciclagem (Lívia Maria Coelho), em sua revisão 01,*  
105 *datada de setembro de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.”*  
106 Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto  
107 de Vizinhança do empreendimento Reciclagem (Lívia Maria Coelho), localizado na Rua  
108 Saturnino de Pádua, 139, Centro, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica  
109 emitida pelo CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a  
110 deliberação deste Conselho. **Vigésimo Sétimo** - O Cosórcio Regional de Saneamento  
111 Básico - CONSANE encaminha análise técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança -  
112 EIV do empreendimento Posto de Combustível (Serafin Martins Gomes Neto) levando  
113 em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de  
114 Lavras nº 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV  
115 apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE  
116 cita: *“Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal*  
117 *10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV no Brasil, incluindo o*  
118 *seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que*  
119 *o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na*  
120 *legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN*  
121 *01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para*  
122 *o empreendimento denominado Posto de Combustível (Serafin Martins Gomes Neto), em*  
123 *sua revisão 02, datada de setembro de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO*  
124 *REQUERIMENTO.”* Após análise e votação, e diante das dúvidas levantadas pela  
125 Conselheira Amanda de Sales Pereira quanto ao tráfego urbano no entorno do  
126 empreendimento, deliberou-se pela retirada do item de pauta, a fim de que o processo seja  
127 encaminhado à Secretaria de Defesa Pública, Trânsito e Mobilidade Urbana para as  
128 devidas considerações. **Vigésimo Oitavo** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
129 encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 468/2025/SMMA/ags/npb, acerca da  
130 documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de  
131 Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 4758, situado à Rua Elbert Vilela,  
132 S/N, bairro Vila Brasília, de propriedade de Cláudio César Freire Veiga. A Secretaria  
133 Municipal de Meio Ambiente informa que: *Considerando as informações constantes na*  
134 *documentação apresentada à esta Secretaria, vistoria in loco e análise de imagens do*  
135 *QGIS-2024, o imóvel é passível de regularização.* Após análise e votação, o Conselho

manifestou-se favorável ao referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise é passível de regularização. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Vigésimo Nono** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 469/2025/SMMA/ags/npb, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 9269 e 9270, situado à Rua Padre João Batista Prost, nº 45, bairro Centro, de propriedade de Luiz Antônio Teodoro. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Considerando as informações constantes na documentação apresentada à esta Secretaria, vistoria in loco, relatos locais e análise de imagens do QGIS-2023, o imóvel não é passível de regularização.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise não é passível de regularização. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Trigésimo** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 471/2025/SMMA/ags/npb, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 16216, situado à Rua Maria Mesquita Goulart, nº 236, bairro Ignácio Valentin, de propriedade de José Galvão Teixeira Guimarães. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Considerando as informações constantes na documentação apresentada à esta Secretaria, vistoria in loco e análise de imagens do QGIS-2019, o imóvel é passível de regularização.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise é passível de regularização. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Trigésimo Primeiro** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 474/2025/SMMA/ags/npb, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 3409, situado à Rua Padre Miguel Moretti, S/N, bairro Vila Brasília, de propriedade de Marden Augusto Pereira. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Considerando as informações constantes na documentação apresentada à esta Secretaria, vistoria in loco e análise de imagens do QGIS-2023, o imóvel é passível de regularização.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio

170 Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise é passível de regularização. Será  
171 encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

172 **Trigésimo Segundo** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer  
173 Técnico, por meio do Ofício nº 449/2025/SMMA/ags/npb/fms, acerca da documentação  
174 apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental  
175 (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 38742, situado à Rua Virgílio de Carvalho, 15, Ouro  
176 Verde, de propriedade de Antônia de Fátima Miguel. A Secretaria Municipal de Meio  
177 Ambiente informa que: *Considerando as informações constantes na documentação*  
178 *apresentada à esta Secretaria, vistoria in loco e análise de imagens do QGIS-2023, o*  
179 *imóvel é passível de regularização.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se  
180 favorável ao teor do referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio  
181 Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise é passível de regularização. Será  
182 encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

183 **Trigésimo Terceiro** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer  
184 Técnico, por meio do Ofício nº 482/2025/SMMA/ags/apfj, acerca da documentação  
185 apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental  
186 (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 35550,35551,35552,35553,38918,41,42, situado à Rua  
187 Cincinato de Pádua, 80, Centro, de propriedade de Adriano Lucio Vilas Boas. A  
188 Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Diante do exposto, a Secretaria*  
189 *Municipal de Meio Ambiente é favorável a regularização dos cadastros*  
190 *35550,35550,35551,35552,35553,38918,41,42, devido ao terreno supracitado estar*  
191 *enquadrado na legislação vigente.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se  
192 favorável ao teor do referido Parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio  
193 Ambiente, deliberando que o imóvel objeto de análise é passível de regularização. Será  
194 encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

195 **Trigésimo Quarto** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer  
196 Técnico, por meio do Ofício nº 142/2025/SMMA/agsouza/lfrios, acerca da documentação  
197 apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental  
198 (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 28501, situado à Rua do Candinho, 18, Conjunto  
199 Habitacional João da Cruz Botrel, de propriedade da empresa CPS Construções S/A. A  
200 Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Diante do exposto, a Secretaria*  
201 *Municipal de Meio Ambiente é contrário a redução da faixa de ZPA de 30 metros para 5*  
202 *metros, havendo necessidade de contenção do processo erosivo existente, mesmo se*  
203 *tratando de erosão em propriedade vizinha; e recuperação da área, com PTRF, em*

conformidade com o Estudo de Viabilidade Ambiental e Locacional submetido ao CODEMA (figuras 2 e 3). Ademais, até 18/01/2022, conforme o Google Earth, possuía vegetação, não se tratando de área urbana consolidada, conforme o Código Florestal – Lei 12651/2012 e Lei Municipal Nº 452/2022, por não atender alguns requisitos do art. 4º, §2º, incisos I, II e V, sobre perda da função ambiental, devendo a obra, edificada no período de embargo, ser demolida. Após análise e votação, diante das dúvidas suscitadas no curso da apreciação do processo, especialmente em razão da divergência entre as razões apresentadas pela representante do empreendimento, Sra. Vanessa Fabiana, e o parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deliberou-se pela nomeação de uma comissão composta pelos Conselheiros Matheus Cortez Pinto, Manuel Dias da Silva Neto e Eriélio Ferreira de Araújo, a fim de proceder à análise detalhada do caso, realizar vistoria in loco e, posteriormente, emitir parecer sobre o processo, para análise e apreciação deste Conselho. **Comissão de Empreendimentos (Pontos 36 a 38)**

**– Trigésimo Sexto – Aprovação de Projeto – Loteamento** – A Subsecretaria de Planejamento e Regulação Urbana encaminha, por meio do Ofício nº 009/2025, Relatório de Análise do Projeto Urbanístico e Paisagístico das Praças do Loteamento Residencial Universidade, emitido pela Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Serviços. Em conclusão, a referida Secretaria informa que: *Após análise das correções no Projeto Urbanístico e Paisagístico das Praças do Loteamento Residencial Universidade, verificou-se que as correções foram executadas conforme solicitado, sendo assim, o projeto está APTO para prosseguimento no processo de aprovação.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do supracitado relatório. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Trigésimo Sétimo – Aprovação de Projeto – Loteamento** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 460/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise do Projeto de Arborização Urbana do loteamento Residencial Santana I, emitido pela Comissão do PROPAR. A Comissão do PROPAR cita que: *A Comissão do PROPAR, vem, por meio deste informar que foi realizada análise da documentação apresentada, referente ao Projeto de Arborização Urbana – aprovado em 2016, do loteamento Residencial Santana, e informamos que o documento é válido.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, deliberando pela validação da aprovação do Projeto de Arborização Urbana — aprovado em 2016 — do loteamento Residencial Santana. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Trigésimo Oitavo – Aprovação de Projeto –**

**Loteamento** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 480/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise da implantação do Projeto de Arborização Urbana do loteamento residencial Londres – 1ª etapa, emitido pela Comissão do PROPAR. Em conclusão, a Comissão do PROPAR informa: *A Comissão do PROPAR vem, por meio deste, informar que após análise da documentação apresentada, e vistoria no local, no dia 23/09/2025, referente à implantação do Projeto de Arborização Urbana do loteamento Residencial Londres – 1ª etapa, verificamos que todas as atividades propostas foram cumpridas e sugerimos APROVAÇÃO do mesmo.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, emitido pela Comissão do PROPAR. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Recursos (Ponto 39) – Trigésimo Nono** – A empresa Ferro Velho Santa Maria LTDA interpôs recurso administrativo em face do Auto de Infração nº 01/2025, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em razão da suposta prática de infrações tipificadas na Lei Municipal nº 4.694/2022, no Decreto Municipal nº 17.099/2023 e demais legislações correlatas mencionadas no referido Auto de Infração. Para análise do caso, foi designada como relatora a Conselheira Sra. Kellem Lucia Costa, a qual apresentou análise técnica da situação. Em sua conclusão, a relatora manifestou-se nos seguintes termos: *Diante do exposto, opino pela remessa do Pedido de Reconsideração à Junta de Recursos Administrativos Ambientais da Prefeitura Municipal de Lavras/MG, para análise e decisão. Apenas em caso de indeferimento, e havendo interesse da parte autuada, poderá ser interposto o recurso cabível perante este Conselho.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável a referida análise emitida pela Conselheira Sra. Kellem Lucia Costa, determinando pela remessa do Pedido de Reconsideração à Junta de Recursos Administrativo Ambientais. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho.

**Extra Pauta (Pontos 40 a 60) – Quadragésimo – Aprovação de Projeto – Loteamento** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Memorando 020/2025/SMMA/ldss, Laudo Técnico – Monitoramento de Lençol Freático referente ao Chacreamento Chácara da Serra. A Secretaria cita: *Com os cordiais cumprimentos, venho, por meio deste, esclarecer que no dia 04/06/2025 recebi para elaboração de parecer técnico o “Laudo Técnico – Monitoramento de Lençol Freático” referente ao Chacreamento Chácara da Serra, localizado nas coordenadas geográficas de latitude 21°16’38.97”S e longitude 44°57’27.205”O, em Lavras/MG. Em relação ao histórico deste processo, cumpre esclarecer que, em 20/08/2024, encaminhei ao CODEMA o*



Ofício nº 464/2025/SMMA/ags/ldss, no qual apresentei uma análise do laudo de caracterização hidrológica do empreendimento em questão. Na ocasião, considerei que o referido aludo contém afirmações feitas pelo responsável técnico (RT) que carecem de comprovação técnica por meio de estudos específicos. Diante disso, foi sugerida a apresentação de complementações técnicas. Também sugeri a formação de uma comissão do CODEMA para realização de vistoria técnica no local e análise do processo. A constituição dessa comissão se mostrou relevante, uma vez que os relatórios anteriores que mencionam a possível existência de uma nascente ou olho da água na área são oriundos de vistorias realizadas pela Comissão Permanente de Análise e Aprovação de Loteamentos Particulares (CPAALP) do município de Lavras, da qual eu fazia parte como membro técnico [...]. Ainda, em conclusão informa: Dessa forma, considerando que a análise foi conduzida por comissão designada pelo CODEMA e que as complementações anteriormente solicitadas por esta Secretaria foram substituídas por outras demandas consideradas pertinentes pelos membros do Conselho, entende-se que a análise do “Laudo Técnico – Monitoramento de Lençol Freático” deve ser realizada pelos técnicos que efetuaram tais solicitações. Assim, sugiro que o referido laudo seja encaminhado à comissão do CODEMA já constituída para essa finalidade, a fim de que seja analisado e, posteriormente, deliberado pelo Conselho. Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido memorando, deliberando pelo reenvio do Laudo Técnico – Monitoramento do Lençol Freático aos técnicos que efetuaram as solicitações ao empreendedor, tendo em vista que o documento já havia sido encaminhado em 08/07/2025 e, até o momento, não houve manifestação. **Quadragésimo Primeiro – Comunicado** – O Sr. Presidente informa que recebeu, no dia 02 de outubro, recurso apresentado pelo vereador José Cherem, impugnando a eleição realizada para composição do CODEMA. O fundamento do recurso é a alegação de que a Fundação Abraham Kasinski teria substituído seus indicados, o que, segundo o vereador, não poderia ocorrer. O Sr. Presidente esclarece que, no primeiro recurso apresentado pelo vereador — o qual foi deferido pela Comissão Eleitoral — constatou-se que os membros anteriormente indicados estavam em duplicidade de mandato, não sendo permitidos mais de dois mandatos consecutivos. Por essa razão, solicitou-se apenas que a Fundação realizasse nova indicação, o que ocorreu dentro do prazo hábil, sem alteração da representatividade da entidade. Esclarece, ainda, que situação semelhante ocorreu em relação ao ex-Conselheiro Claudemir e seu suplente, cujo suplente assumiu a titularidade e foi indicado novo suplente de notório saber. Diante disso, o Sr. Presidente informa que

aguardou a presente reunião para comunicar aos Conselheiros a existência do recurso e que, na qualidade de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do CODEMA, negará o pedido apresentado, mantendo como válida a eleição realizada, a qual foi amplamente divulgada, debatida e conduzida por Comissão Eleitoral imparcial, que cumpriu integralmente seus deveres. A Conselheira Mirene manifesta-se, afirmando que ficou bastante preocupada ao tomar conhecimento do recurso, especialmente porque a Fundação Abraham Kasinski não poderia integrar o Conselho, sendo responsável pelo único parque da região. Diante disso, sugere que seja avaliada uma revisão do Regimento Interno do CODEMA, uma vez que a limitação à recondução não lhe parece trazer qualquer prejuízo, sobretudo porque os representantes da Fundação sempre foram membros atuantes. A Conselheira Kellem concorda com a manifestação anterior e reforça que também lamentou a saída do ex-Conselheiro Claudemir e do representante da Fundação Abraham Kasinski, ambos sempre presentes e colaboradores ativos nas discussões. Coloca-se, inclusive, à disposição para integrar eventual comissão destinada à revisão das normativas internas, destacando que o Conselho não conta com grande número de interessados nas eleições, sendo essencial manter membros comprometidos e participativos. O Sr. Presidente destaca que a discussão é pertinente e relembra que, quando da elaboração da Lei de Regularização de ZPA, em 2022, houve denúncia dirigida à Procuradoria de Justiça de Minas Gerais. Contudo, o procedimento foi arquivado neste ano, com parecer favorável que reconheceu a legalidade da legislação municipal, ressaltando que toda e qualquer regularização demanda necessariamente debate e aprovação em Conselho Municipal paritário, como o CODEMA. Ressalta a importância de que o Conselho seja composto por membros experientes e atuantes, de modo a assegurar a legitimidade e segurança das decisões tomadas. Por fim, o Sr. Presidente agradece as manifestações, concorda com a possibilidade de revisão do Estatuto para discutir a recondução por mais de dois mandatos e informa que o tema poderá ser incluído em reunião futura para deliberação.

**Quadrágésimo Segundo – Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV** - O Consórcio Regional de Saneamento Básico - CONSANE encaminha análise técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV do empreendimento D e K Móveis Planejados levando em consideração as exigências expressas na Deliberação Normativa do CODEMA de Lavras nº 02, de 05 de setembro de 2024, que é baseada no conteúdo mínimo do EIV apontado no estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Em conclusão, o CONSANE cita: *“Após a análise do documento encaminhado, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 que institui o Estudo de Impacto*

de Vizinhança - EIV no Brasil, incluindo o seu conteúdo mínimo, e da DN 02/2024 do CODEMA de Lavras, é possível concluir que o EIV em questão apresenta os pontos exigidos em relação ao conteúdo pressuposto na legislação. Pelo exposto, e pautado pela Lei Federal 10.257/2001, LC 456/2020, DN 01/2024 e DN 02/2024, a equipe técnica do CONSANE, quanto ao EIV apresentado para o empreendimento denominado D e K Móveis Planejados, em sua revisão 00, datada de setembro de 2025, recomenda o DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO.” Após análise e votação, foi deliberado que o Conselho é favorável ao Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento D e K Móveis Planejados, localizado na Rua Diocessio Alves Pinto, 84, Jardim Vila Rica, Lavras/MG, em comum acordo com a análise técnica emitida pelo CONSANE. Será encaminhado ofício ao órgão competente informando a deliberação deste Conselho.

**Quadragésimo Terceiro** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Parecer Técnico, por meio do Ofício nº 402/2025/SMMA/agsouza/lfríos, acerca da documentação apresentada, requerendo avaliação para regularização em Zona de Proteção Ambiental (ZPA) do imóvel de Cadastro nº 53288, situado à Rua João Batista de Rezende, 67, Conjunto Habitacional Água Limpa, de propriedade de Fundação Educacional de Lavras. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Diante do exposto, a Secretaria de Meio Ambiente, no momento, é contrária a redução da faixa de ZPA de 30 metros para 15 metros, havendo necessidade de contenção do processo erosivo existente e recuperação da área. Ademais, há sobreposição entre a área de preservação permanente, considerando a faixa de 30 metros e parte de prédio e estação de tratamento de efluentes. Também foram observadas divergências na certidão de matrícula apresentada, no anexo, em relação a área do imóvel avaliado com a área registrada no sistema municipal para o Cadastro 53288, e o número da certidão. Cabe salientar, que o primeiro registro do imóvel como área urbana somente ocorreu em 13/05/2016, data posterior ao marco temporal estabelecido em 22/07/2008, impedindo que a Lei Nº 452/2022, possa ser utilizada como instrumento de regularização para o imóvel.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido parecer emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deliberando que, no momento, é contrário à redução da faixa de ZPA de 30 metros para 15 metros. Será encaminhado ofício aos interessados, informando a deliberação deste Conselho.

**Quadragésimo Quarto – Aprovação de Projeto – Loteamento** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 485/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise do Projeto de Arborização Urbana do

loteamento Chacreamento Quintas da Serra, emitido pela Comissão do PROPARG. A Comissão do PROPARG cita que: *A Comissão do PROPARG vem, por meio deste, informar que após análise da documentação apresentada, do Projeto de Arborização Urbana referente ao loteamento Chacreamento Quintas da Serra, e atendimento às solicitações realizadas em análises anteriores, sugerimos que o mesmo seja aprovado.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, deliberando pela aprovação do Projeto de Arborização Urbana do loteamento Chacreamento Quintas da Serra. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Quadragesimo Quinto – Aprovação de Projeto – Loteamento -** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 482/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise do PTRF da Área Verde do bairro residencial Fonte Verde, apresentado como condicionante para a obtenção de licença corretiva por intervenção em APP sem autorização, durante instalação do empreendimento Supermercado Villefort, emitido pela Comissão do PROPARG. A referida comissão cita que: *A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), através da Comissão do PROPARG, vem, por meio deste, informar que após análise da documentação apresentada, referente à proposta do PTRF da Área Verde bairro Residencial Fonte Verde, área de compensação ambiental para obtenção do licenciamento corretivo junto ao CODEMA e cumprimento do TAC celebrado junto ao Ministério Público, devido à intervenção em APP localizada aos fundos do empreendimento Supermercado Villefort, sem autorização prévia, verificamos que o Projeto apresentado atendeu a todas as exigências e sugerimos aprovação do mesmo.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, deliberando pela aprovação do PTRF da Área Verde do bairro Residencial Fonte Verde, apresentado como condicionante para a obtenção de licença corretiva por intervenção em APP sem autorização. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Quadragesimo Sexto – Licenciamento Ambiental – Cumprimento de Condicionantes** – O Consórcio Regional de Saneamento Básico – CONSANE encaminha “PARECER TÉCNICO – CONDICIONANTES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL, CERVEJARIA DO FUNIL”, em conclusão o CONSANE informa: *O plano apresentado contém o conteúdo mínimo conforme disposto na Lei nº 12.305/2010 e traz metas contempladas pelo PMSB do município de Lavras. Assim, o empreendimento cumpriu com a condicionante estabelecida no Parecer Técnico da Secretaria de Meio Ambiente nº 025/2023. [...]* Após

análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido Parecer Técnico. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Quadrágésimo Sétimo – Processo 1536-25-LVR-IPC** – O Subsecretário de Planejamento e Regulação Urbana, Sr. Bruno dos Anjos Oliveira, encaminha via APROVA análise à documentação protocolada visando esclarecer as condições técnicas para que a galeria de águas pluviais, existente no terreno, não venha a ser danificada com o trânsito de veículos em função de edificação a ser construída no imóvel. O Subsecretário informa que: *Prezados, Em análise à documentação protocolada, seguem as minhas conclusões: a) Não existem edificações que invadam a faixa de APP de 5,0m. Nesta faixa, existem tão somente pavimentações, e estas, permeáveis. Ainda que sua instalação enseje uma possível obstrução para que se alcance futuramente o canal do curso d'água, o pavimento intertravado apresentado no laudo é de fácil remoção e permite o reaproveitamento para que se instale nova pavimentação. Para tanto, a proprietária entregou, anexo ao processo, termo de compromisso e de boa fé de que não impedirá o acesso à galeria e que também poderá colaborar com as ações de manutenção. b) O laudo estrutural apresentado, acompanhado de ART de profissional devidamente habilitado para tal, informa a capacidade de suporte de até 9,2t sobre a galeria, o que é mais do que o suficiente para suportar um caminhão de pequeno porte. Note-se que, de acordo com o projeto apresentado, os veículos não passarão sobre o canal, mas no trecho mais estreito, passarão a cerca de 0,9m da parede do mesmo. Assim, não haverá - pelo projeto apresentado - esforços estruturais provocados pelo deslocamento de veículos sobre o canal. c) Visto se tratar de um imóvel já parcelado e individualizado, a utilização do espaço entre a Avenida Dr. Sylvio Menicucci e a área mais larga do terreno é comparável ao acesso de uma garagem/estacionamento, e não a uma via pública. Pela dimensão reduzida do terreno, não há grandes chances de que existam vagas o suficiente para possibilitar um estacionamento/garagem de tais proporções que exija um acesso mais robusto ou com seção transversal maior. Contudo, no processo de aprovação do projeto arquitetônico, deverão ser observadas as possíveis restrições que serão impostas quanto a este ponto. d) Tal qual outros terrenos que possuem APP em seu interior, esta área de proteção não retira a propriedade particular sobre o imóvel. Nesta área, com anuência do órgão ambiental competente, é possível de se utilizar, respeitadas as restrições impostas pelo mesmo órgão e pela legislação municipal, estadual e federal aplicáveis. O processo foi retirado de pauta para encaminhamento à Procuradoria Geral do Município, conforme orientação do Presidente, em razão de dúvidas levantadas quanto*

à competência do CODEMA para autorizar ou não, retornando para apreciação na próxima reunião ordinária. **Quadrágésimo Oitavo – Intervenção Ambiental – Cumprimento de Condicionantes** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha análise referente ao cumprimento de condicionantes ambientais vinculadas à intervenção ambiental em APP para implantação de emissário de Estação de Tratamento de Efluente – ETE do empreendimento “Nova Unidade Prisional de Lavras”. Em conclusão, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que: *Informamos que a empresa Vale AS, portanto, atendeu às condicionantes exigidas no ofício 071/2025/CODEMA/ags. A compensação ambiental deve ser realizada conforme o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA previamente aprovado pelo CODEMA.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor da referida análise, acolhendo-a integralmente. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Quadrágésimo Nono – Aprovação de Projeto – Loteamento** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 499/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise da 5ª manutenção da Arborização Urbana e do PTRF das Áreas Verdes do loteamento Vista do Funil, emitido pela Comissão do PROPAR. Em conclusão, a Comissão do PROPAR informa que: *A Comissão do PROPAR, vem, por meio deste, informar que foi realizada a análise da documentação apresentada, e vistoria no local, para conferência das atividades relacionadas ao Relatório de 5ª manutenção da Arborização Urbana e do PTRF das Áreas Verdes do loteamento Vista do Funil. Informamos que todas as atividades propostas foram atendidas e sugerimos aprovação do Relatório.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, emitido pela Comissão do PROPAR, deliberando pela aprovação do Relatório de 5ª manutenção da Arborização Urbana e do PTRF das Áreas Verdes do Loteamento Vista do Funil. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. **Quinquágésimo – Aprovação de Projeto – Loteamento** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 505/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise da 5ª manutenção do PTRF das Áreas Verdes do loteamento Portal da Mata, emitido pela Comissão do PROPAR. Em conclusão, a Comissão do PROPAR informa que: *A Comissão do PROPAR, vem, por meio deste, informar que foi realizada a análise da documentação apresentada, e vistoria nas Áreas Verdes do loteamento, e verificamos que todas as manutenções necessárias, foram prontamente atendidas. Sugerimos, dessa forma, aprovação do relatório.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se

favorável ao teor do referido relatório, emitido pela Comissão do PROPARG, deliberando pela aprovação do Relatório de 5ª manutenção do PTRF das Áreas Verdes do Loteamento Portal da Mata. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. O Conselheiro, Sr. Érico Gonçalves Alves Vieira, se abstém do voto.

**Quinquagésimo Primeiro – Aprovação de Projeto – Loteamento** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha, por meio do Ofício nº 503/2025/SMMA/ags/kmm, Relatório de Análise da 4ª manutenção das Praças do loteamento Portal da Mata, emitido pela Comissão do PROPARG. Em conclusão, a Comissão do PROPARG informa: *A Comissão do PROPARG, vem, por meio deste, informar que foi realizada análise da documentação apresentada, e vistoria nas Praças do loteamento, e verificamos as manutenções foram prontamente realizadas, e sugerimos aprovação do relatório apresentado.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor do referido relatório, emitido pela Comissão do PROPARG, deliberando pela aprovação do Relatório da 4ª manutenção das Praças do Loteamento Portal da Mata. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho. O Conselheiro, Sr. Érico Gonçalves Alves Vieira, se abstém do voto.

**Quinquagésimo Segundo – Recurso de Auto de Infração** – A Sra. Galiza Resende Dessimoni interpôs recurso administrativo em face do Auto de Infração nº 006/2023, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em razão da suposta prática de infração tipificada na Lei Municipal nº 4.659/2021, especialmente no disposto no art. 34, inciso VIII, que trata das injúrias praticadas contra indivíduos arbóreos. Para análise do caso, foi designada como relatora a Conselheira Sra. Kellem Lucia Costa, a qual apresentou análise técnica da situação. Em sua conclusão, a relatora manifestou-se nos seguintes termos: *Diante do exposto, opina-se pela manutenção da autuação referente ao Auto de Infração nº 006/2023, reconhecendo-se a ocorrência de injúria ao espécime arbóreo, com redução do valor da multa aplicada de 600 UFML para 300 UFML, em respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade pedagógica das sanções ambientais.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor da referida análise, deliberando pela manutenção da autuação referente ao auto de infração nº 006/2023, reconhecendo-se a ocorrência de injúria ao espécime arbóreo, com redução do valor da multa aplicada de 600 UFML para 300 UFML. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Quinquagésimo Terceiro – Ofício\_Lavras/MG ASSEFIS-SECMAMB nº. 22/2025** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha Ofício\_Lavras/MG ASSEFIS-SECMAMB nº. 22/2025,

solicitando retorno quanto ao Ofício nº 661/2024/SMMA/ags/kmm, encaminhado ao CODEMA no dia 20/12/2024, com o Relatório de Análise de Viabilidade Ambiental do loteamento Nova Suíça. A Secretaria informa que: *Informamos que no documento, solicitamos um retorno quanto à aprovação do documento, para que em caso afirmativo, fosse direcionado ao empreendedor, para assinatura de um TAC junto ao município, e para que o empreendimento pudesse voltar a ser implantado. Diante do exposto, gostaríamos de ter informações sobre o processo, visto que a documentação continua em aberto nesta Secretaria, e aguardando um retorno para prosseguimento.* A representante do empreendimento, Sra. Mariana Lasmar, informou que houve certa demora na análise do Termo de Compromisso. No geral, afirmou que a equipe está de acordo com o que foi proposto; contudo, a Diretoria, juntamente com o setor de Engenharia de Obras, sugeriu algumas alterações. A representante do empreendimento apresentou sugestões de alteração ao Termo de Compromisso (TAC), especificamente quanto: 1. Itens 3 e 5 – solicitação de redução do diâmetro da tubulação para passagem de fauna de 1,5 m para 0,60 m, em razão das condições urbanizadas da área. 2. Item 7 – pedido de exclusão da exigência de cercamento das áreas institucionais, mantendo-se apenas o cercamento das Áreas Verdes e de Proteção. O Sr. Presidente manifestou concordância quanto à desnecessidade de cercamento das áreas institucionais e orientou que a equipe do empreendimento consulte o médico-veterinário da SMMA, Sr. Pedro, para avaliação técnica sobre a alteração do diâmetro da tubulação e, caso haja alteração, a proposta revisada do TAC será apresentada na próxima reunião, para apreciação e votação.

**Quinquagésimo Quarto – Ofício 173/2025/CODEMA/ags** – Registrou-se a ausência de resposta do Hospital Vaz Monteiro à notificação previamente encaminhada pelo CODEMA, permanecendo o Conselho no aguardo de manifestação da instituição. A Conselheira Jaqueline Fráguas, como representante do Hospital, informou que a resposta será encaminhada ainda hoje (29/11/2025), com o envio de fotos referentes ao local destinado ao estacionamento das ambulâncias. Comunicou, ainda, que o Hospital tem enfrentado dificuldades devido ao desrespeito de motoristas que estacionam irregularmente no local, sendo necessário solicitar apoio ao Secretário de Trânsito em diversas ocasiões. O Sr. Presidente agradeceu as informações prestadas e deu prosseguimento à pauta.

**Quinquagésimo Quinto – Regularização Ambiental – ZPA** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente encaminha por meio do Ofício nº 506/2025/SMMA/ags/ldss, análise dos documentos protocolados referentes à solicitação de regularização do imóvel de cadastro nº 41.563, situado à Avenida Dr. Silvio



Menicucci, 1485, Presidente Kennedy, de propriedade de H-Bens Imóveis LTDA. Em conclusão, a Secretaria informa: *Contudo, o curso d'água canalizado está em parte sob área edificada e não há faixa mínima de 05 (cinco) metros de área permeável a partir do curso d'água (Figuras 3 e 4), conforme exigido pela legislação ambiental vigente. Assim, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) manifesta-se contrária à regularização do imóvel, tendo em vista a sua inserção em APP/ZPA e a inexistência de previsão legal para sua regularização.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao teor da referida análise, acolhendo integralmente seu conteúdo. Será encaminhado ofício aos interessados, informando a deliberação deste Conselho.

**Quinquagésimo Sexto – Ofício\_Lavras/MG PROPARG n.º. 16/2025** – A Comissão do PROPARG encaminha o Ofício\_Lavras/MG PROPARG n.º. 16/2025, solicitando que sejam canceladas as suspensões das multas provenientes de Autos de Infração do PROPARG, emitidas para a Empresa Alta Villa Lavras Empreendimentos Imobiliários S/A, devido à análise do plenário do CODEMA e conforme Portaria “CPADS” n.º 110, de 11 de setembro de 2024, que analisou os casos em que os atuais proprietários respondiam pela supressão de árvores ocorridas nos imóveis do bairro, sem as devidas compensações ambientais. O Sr. Presidente esclareceu que, anos atrás, o CODEMA havia recomendado a suspensão das multas; entretanto, à época, foi instaurada sindicância administrativa interna na Prefeitura. Informou que a situação já foi regularizada, com todas as multas devidamente direcionadas à empresa responsável, não havendo mais necessidade de manter a recomendação anterior. Diante disso, o PROPARG solicitou que o Conselho revisse sua deliberação passada, procedendo ao cancelamento da suspensão das multas relacionadas ao loteamento Alta Villa. Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável ao cancelamento da suspensão das multas, acolhendo a solicitação da Comissão do PROPARG.

**Quinquagésimo Sétimo – Recomendação - Base de Hidrografia do Município de Lavras** – A Comissão formada pelos Conselheiros Sr. Paulo Roberto Machado Carvalho e Sr. Manuel Dias da Silva Neto apresentou parecer referente à definição da base oficial de hidrografia a ser adotada pelo Município de Lavras para fins de análise e deliberação em processos ambientais. A representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, Sra. Kira Malves Maia, questionou sobre a utilização da base de dados do Município referente à hidrografia, ressaltando que o sistema atualmente empregado pela Prefeitura é fundamentado em estudos técnicos recebidos, contendo informações sobre hidrografia, relevo, solo e topografia. Destacou que, em situações nas quais o IDESISEMA-MG não apresentar determinado curso

d'água, mas o banco de dados municipal indicar sua existência, a equipe técnica, mediante vistoria in loco, análise do entorno e diálogo com moradores — conforme já realizado em pareceres anteriores — pode caracterizar a presença do curso d'água. Assim, mesmo que não seja possível demonstrá-lo de imediato, entende ser necessário considerá-lo durante a análise ambiental, registrando e fundamentando tecnicamente a decisão, seja para aprovação ou negativa do pleito. A Sra. Kira ressaltou ainda que acredita não ser responsabilidade da SMMA produzir novos estudos técnicos além dos já existentes, limitando-se à capacidade da equipe e às vistorias de campo disponíveis. O Sr. Presidente esclareceu que a deliberação do CODEMA constitui uma recomendação a ser encaminhada à Prefeita Municipal, visando à adoção de uma base oficial de hidrografia. Reforçou que, caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente identifique um curso d'água não registrado no IDESISEMA-MG, cabe ao órgão comunicar o IGAM, solicitando a retificação da base estadual, com a inclusão da feição hidrográfica identificada. Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável à referida recomendação. Será encaminhado ofício ao órgão competente, informando a deliberação deste Conselho.

**Quinquagésimo Oitavo – Recurso de Auto de Infração** – O Sr. Renato Mariano e Sra. Kênia Lucieli Dias interpuseram recurso administrativo em face do Auto de Infração nº 4328/2025, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em razão da ocorrência de infração ao previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.695/2022, consistente na conduta omissiva de “deixar de conservar a limpeza do imóvel urbano, com conjunto de plantas nocivas em altura superior a 60 centímetros”. Para análise do caso, foi designada como relatora a Conselheira Sra. Amanda de Sales Pereira, a qual apresentou análise técnica da situação. Em sua conclusão, a relatora manifestou-se nos seguintes termos: *Portanto, em razão dos argumentos acima apresentados, sugere a relatora, a manutenção da Decisão de 1ª Instância, para que haja o INDEFERIMENTO do presente Recurso Administrativo.* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável a referida análise emitida pela Conselheira Sra. Amanda de Sales Pereira, deliberando pela manutenção da Decisão de 1ª Instância e, conseqüentemente, pelo indeferimento do recurso administrativo. Será encaminhado ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Quinquagésimo Nono – Recurso de Auto de Infração** – O inventariante, Sr. Francisco José Gaspar, referente ao espólio de Oswaldo Louzada Serra, apresentou pedido de reconsideração em face do Auto de Infração nº 3989/2025, lavrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em razão de infração prevista na Lei Municipal nº 4.695/2022. Para análise do caso, foi designado como relator

o Conselheiro Sr. Danton Joubert Antunes Coimbra, que apresentou análise técnica da situação. Em sua conclusão, o relator manifestou-se nos seguintes termos: *Consoante todo o exposto, opino pelo indeferimento do pedido de reconsideração, tendo em vista a exaustão da via recursal administrativa. [...].* Após análise e votação, o Conselho manifestou-se favorável a referida análise emitida pelo Conselheiro Sr. Danton Joubert Antunes Coimbra, deliberando pelo indeferimento do pedido de reconsideração. Será encaminhado Ofício aos interessados informando a deliberação deste Conselho.

**Sexagésimo – Recurso de Auto de Infração** – A Sra. Patrícia Hostalácio Pereira interpôs recurso administrativo em face da decisão de primeira instância, que manteve o Auto de Infração nº 4603/2025, lavrado em razão da constatação de ocorrência de queimada irregular em imóvel de sua propriedade. Para análise do caso, foi designado como relator o Conselheiro Sr. Matheus Cortez Pinto, que apresentou análise técnica da situação. Em sua conclusão, o relator manifestou-se nos seguintes termos: *Diante do exposto, e considerando: a presunção de legitimidade do Auto de Infração Ambiental nº 4603/2025; a inexistência de provas técnicas que demonstrem a origem do incêndio; a responsabilidade administrativa prevista no art. 70 da Lei nº 9.605/1998 e no Decreto nº 6.514/2008; o entendimento consolidado da doutrina e da jurisprudência do STJ sobre o tema; OPINA-SE PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO POR PATRÍCIA HOSTALÁCIO PEREIRA, mantendo-se integralmente a decisão de primeira instância que confirmou a autuação e a penalidade aplicada.* O processo foi retirado de pauta em razão de o relator concordar em revisar sua decisão para melhor estudo do caso, tendo em vista que o representante da Sra. Patrícia, Sr. Eduardo Botelho da Costa, comprometeu-se a contratar um topógrafo para indicar as coordenadas exatas do início do incêndio, em novo recurso.

Às 10 horas e 32 minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, nada mais tendo a se tratar, o Presidente do CODEMA, Sr. Adriano Garcia de Souza, agradeceu a presença dos conselheiros presentes e encerrou a nona reunião ordinária do CODEMA, da qual para constar, eu Secretário Executivo do CODEMA, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**Adriano Garcia de Souza**

**(Presidente do CODEMA)**